

Aparência e realidade (3)

Tomando posse na presidência da República em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas iniciou um governo popular e nacional-desenvolvimentista, com realizações tais como a criação da Petrobrás.

Tinha entretanto, contra si, o passado de ditador (1930-1934; 1937-1945). Durante a campanha eleitoral, nas páginas do seu jornal (Tribuna da Imprensa), Carlos Lacerda bradava que Getúlio não deveria ser candidato; se fosse candidato, não deveria ser eleito; se fosse eleito, não deveria tomar posse; e, se empossado, deveria ser impedido de governar. E pregava, abertamente, o golpe; um golpe em nome da democracia.

Getúlio foi eleito com folgada maioria, 48,7%, contra 29,6% do segundo colocado, o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional. Esta não deu folga a Getúlio: impugnou sua vitória na justiça eleitoral, promoveu uma Comissão Parlamentar de Inquérito, requereu o seu impeachment. Qualquer semelhança é mera coincidência.

Na tribuna da Câmara dos Deputados, e em seu jornal, Lacerda denunciava a existência, no Palácio do Catete, de um “mar de lama”. Sua principal denúncia, um tanto vaga, consistia no financiamento concedido, pelo Banco do Brasil, ao jornal Última Hora, de Samuel Wainer.

(Parênteses: sabendo como seria difícil governar contra a pregação diária da mídia conservadora, Getúlio, em 1951, estimulava Samuel Wainer a criar a Última Hora. Esta, no estilo que adotou, e na qualidade dos seus articulistas, pode ser considerada precursora do Pasquim, com intensa penetração nos meios estudantis e populares; foi extinta quando, com o golpe de 1964, teve instalações depredadas, e Wainer se exilou).

Pois bem: o tal financiamento, alegado tanto na CPI quanto no impeachment (rejeitado na Câmara por 136 votos contra 35, e 40 abstenções), era a prova da corrupção, a que se acrescentava a tentativa de estabelecer, no Brasil, uma “república sindicalista”. Orador exímio, de retórica bombástica, Lacerda possuía, contra Wainer, um argumento devastador: ele era “bessarabiano”. Poucas pessoas saberiam dizer o que isso significava, mas, do jeito como era dito, só podia ser uma coisa muito ruim.

“A guerra das palavras – aponta o cientista político Giovanni Sartori – afeta suas propriedades emocionais. Sua regra básica é conquistar as ‘palavras boas’, e descarregar as ‘más’ no campo inimigo”.

A pregação de Lacerda incendiava os quartéis. Em fevereiro de 1954, um “Manifesto dos coronéis” se opunha à elevação, em 100%, do salário mínimo.

Parece – ao menos jamais se concretizou essa acusação – que Getúlio não teve conhecimento prévio desse atentado: mas quando um membro da sua guarda pessoal, à noite, alvejou Carlos Lacerda na porta de seu apartamento, matando um oficial da Aeronáutica que o acompanhava, acendeu-se o estopim do golpe. Instaurou-se um inquérito policial-militar, que deu origem ao que se passou a designar como “República do Galeão”; sobre o presidente exerceu-se uma pressão que o levou ao suicídio, na madrugada de 24 de agosto de 1954; tendo sido deposto pelos militares, em outubro de 1945, não queria passar, de novo, pelo que considerava uma humilhação.

(Parênteses: eu era estudante de Direito; ouvi a notícia da morte de Getúlio, cedinho, pelo “repórter Esso”, e corri para o Largo de São Francisco; ali, alguns colegas, em regozijo, soltavam rojões).

Getúlio suicidou-se e deixou a “carta-testamento”, um dos documentos mais impressionantes da história do Brasil, que começa assim:

“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive que renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário-mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.”

São esses, resumidamente, os antecedentes próximos do golpe do general Lott, em novembro de 1955. Assumindo no lugar de Getúlio, o vice-presidente Café Filho montou um ministério conservador, do qual fazia parte o próprio brigadeiro Eduardo Gomes. E o que se preparava, na antevéspera da posse de Juscelino, era algo assemelhado ao que Getúlio fizera em 1937: um golpe governamental, para perpetuação no poder.